dispositiva
Revista Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas e da UFMG
PUC Minas
UFMG

HISTÓRIA DO JORNALISMO NO RIO GRANDE DO NORTE:
O NATALENSE, O PRIMEIRO JORNAL

HISTORY OF JOURNALISM IN RIO GRANDE DO NORTE:
O NATALENSE, THE FIRST NEWSPAPER

Gustavo Leite Sobral [1]
Juliana Bulhões Alberto Dantas [2]

Resumo
Neste artigo, investigamos sobre o primeiro jornal em circulação no Rio Grande do Norte, *O Natalense* (1832-1837), aliando pesquisa histórica à escrita narrativa, buscando, assim, recuperar a memória, examinar a documentação e contextualizar o momento político potiguar da década de 1830. Foram consultadas as cinco edições remanescentes do jornal na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e foram apresentados os conteúdos, por edição, a fim de verificar o que era pauta do periódico. Identificamos que *O Natalense* é, portanto, uma publicação pioneira difundida no estado e um exemplo do que era fazer jornalismo no século XIX, da tipografia ao conteúdo, das casas tipográficas às questões políticas, sociais e econômicas que marcaram o período.

Palavras-chave
jornalismo; história do jornalismo; jornal impresso; jornalismo potiguar; *O Natalense*.

Abstract
In this article, we focus on the first newspaper in circulation in Rio Grande do Norte, *O Natalense* (1832-1837), combining historical research with narrative writing, thus seeking to recover memory, examine documentation and contextualize the potiguar political moment of the 1830s. The five remaining editions of the newspaper in the Hemeroteca Digital daof the Biblioteca Nacional were consulted and the contents were presented, by edition, in order to verify what was the newspaper's agenda. We identified that *O Natalense* is, therefore, a pioneering publication published in the state and an example of what journalism was like in the 19th century, from typography to content, from typographic houses to the political, social and economic issues that marked the period.

Keywords
journalism; history of Journalism; newspaper; potiguar journalism; *O Natalense*.

1 Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). E-mail: gustavo@gustavosobral.com.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4597440453072251. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-6130-988X.
2 Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (FAC-UnB). Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). E-mail: julianabulhoes.ad@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6317449171496875. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6221-2696.

Introdução

Os estudos no campo do jornalismo compreendem uma série de pesquisas que abarcam obras de cunho generalista, como histórias gerais do jornalismo; obras de caráter particular, como a história de determinados veículos de comunicação; e textos de cunho biográfico, como relatos de vida de jornalistas.

A história do jornalismo não é apenas um campo de estudo sedimentado, como diverso em abordagens de pesquisa. Morel e Barros (2003) constatam que a ela se ampliou para incluir publicações avulsas, livros, formas de circulação e recepção, dimensões políticas, econômicas etc.

Barbosa (2010, p. 12) também considera a importância das histórias regionais para a história do jornalismo: "é preciso que os que se interessam pelo estudo da história da imprensa se voltem para a particularização das regiões, construindo mais histórias localizadas em espaços sociais específicos, do que enfeixando suas análises sob a ideia de totalidade".

A proposta deste artigo é investigar sobre *O Natalense*, primeiro impresso publicado no Rio Grande do Norte, que circulou entre os anos de 1832 e 1837, recuperando o contexto que permitiu a criação do jornal, os envolvidos, o momento político e as condições econômicas. Sistematizamos e consultamos as cinco edições remanescentes de O Natalense na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional [3] – localizadas entre os anos de 1832, 1833 e 1834 – e apresentamos os conteúdos, por edição, a fim de verificar o que era pauta do noticiário.

A metodologia envolve uma pesquisa histórica (Romancini, 2010) acerca do impresso, que é uma publicação regional, a fim de entender parte da história do jornalismo praticado à época no Rio Grande do Norte, e – concebendo a parte pelo todo, como propõe Barbosa (2010) – assimilar a prática profissional de forma mais abrangente. Aliamos a essa pesquisa histórica uma escrita narrativa, procurando, assim, conforme vaticinam Wainberg e Pereira (1999), recuperar a memória, examinar a documentação e averiguar o contexto político da criação do jornal no Rio Grande do Norte.

Segundo Romancini (2010), os campos de pesquisa da História e do Jornalismo estão profundamente ligados e, na seara metodológica, precisamos refletir sobre como proceder com investigações acerca da história da imprensa e de ter o jornal como fonte nas reconstruções históricas. Para o autor, o pesquisador "tem a obrigação de expor com a máxima clareza suas fontes (de modo a permitir, se possível, que outros consultem-nas)" (Romancini, 2010, p. 40).

Escrever sobre o primeiro jornal do Rio Grande do Norte, no caso *O Natalense*, é explorar mais uma vertente na gama possível e variada de estudos acerca da história do Jornalismo. As fontes exploradas foram as mais diversas: trabalhos sobre o jornal e jornalismo no Rio Grande do Norte, como Fernandes (1908), Cascudo (1940), Melo (1971) e Melquíades (1987); as histórias do Rio Grande do Norte por Lyra (2008), Pombo (2019) e Cascudo (1972); além de trabalhos gerais sobre história do Jornalismo no Brasil em Morel e Barros (2003), Bahia (2009), Barbosa (2010) e Molina (2015).

3 Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 10 out. 2023.

Valendo-se das premissas de Barbosa (2010) – que implicam questionar que publicação era esta, quem escrevia no jornal, para quem se escrevia – e tomando por método a premissa de Wainberg e Pereira (1999) para recuperar a memória e contextualizar o momento político potiguar, seguimos tais ditames.

A Natal dos anos 1830

O ano era 1832. O cidadão natalense andava a pé, subindo morros, escorregando no chão de areia. Natal era concebida em dois bairros, Ribeira e Cidade Alta, separados por um caminho de subir apenas e, assim, vinha num atraso que o tempo passava e nada mudava. Vinte anos antes, o viajante inglês Henry Koster havia dito, quando passou pela cidade: se lugares como esse são chamados de cidade, como seriam chamadas as vilas e aldeias?

Natal, naquela década de 1830, era a sede do governo provincial na rua do Aterro ou da Cruz, atual Câmara Cascudo, o colégio Ateneu, a Alfandega na Ribeira, uma comarca e um juiz de Direito (Cascudo, 1940).

As aulas, no Ateneu, resumiam-se a filosofia com padre Antonio Xavier Garcia de Almeida; geometria, com Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque; retórica, por Joaquim José de Souza Serrano; francês, por Elias Antonio Cavalcanti de Albuquerque; e latim, por Francisco Felipe da Fonseca Pinto (Cascudo, 1940).

Instalado no edifício do aquartelamento, o Ateneu ainda dispunha de um bedel. Estava permitido o uso de uma sineta e foram providenciados os estatutos. O presidente da província, o pernambucano Basílio Quaresma Torreão, era o diretor; e o professor de filosofia, o vice. Só faltava à cidade ter um jornal (Cascudo, 1940).

Basílio Quaresma Torreão era pernambucano de Olinda. Nascido em 1787, revolucionário de 1817, foi levado preso para a Bahia, ensinou geografia aos presos, e esquivou de ser executado. Participou de nova revolução, a de 1824, reprimida e, a fim de escapar, rumou para Inglaterra e também andou por outros países da Europa. Passou um tempo e voltou ao Brasil, tornando-se presidente da província do Rio Grande do Norte (1833-1836), depois da Paraíba (1836-1838) e deputado provincial (1838-1841) (Cascudo, 1940).

Basílio Quaresma Torreão casou em Goianinha, Rio Grande do Norte, com dona Ana Catarina e foi o primeiro presidente de província do Rio Grande do Norte a ler a sua fala perante a Assembleia Legislativa Provincial. Foi ele quem fundou não só o Ateneu, mas também reorganizou a Alfândega e combateu a varíola. E, se não bastasse, deixou para a posteridade um trabalho sobre geografia universal. Veio a falecer no Rio de Janeiro em 1867 (Cascudo, 1972).

A imprensa no Rio Grande do Norte e a imprensa no Brasil são resultados imediatos da vinda da família real em 1808 que, entre outras providências, além de fundar a Imprensa Régia, permitiu que se instalassem prelos e se criassem jornais nas províncias (Molina, 2015).

A Impressão Régia no Brasil é um marco. Antes dela, era proibido terminantemente publicar jornais e livros na colônia. Imagine a mudança: representava a fundação

da indústria gráfica no Brasil e da atividade da imprensa com novos profissionais em ação, os diretores dos jornais, os redatores jornalistas, os tipógrafos, os impressores e os leitores, que agora passariam a ter o que ler.

Bahia (1811), Pernambuco (1815, mas que só passou a funcionar em 1817), Paraíba (1817), Maranhão (1820) e Ceará (1824), dada a permissão da coroa para a instalação de tipografias e jornais, providenciaram seus prelos e fizeram publicar jornais que eram semanais (Molina, 2015).

E o Rio Grande do Norte? É certo que, em 1824, o presidente da Confederação do Equador, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, resolveu acudir aos reclamos do Rio Grande do Norte e do Ceará e cuidou de remeter para as cidades do Natal e Fortaleza o material completo de duas tipografias, sendo o prelo de uma delas feitos nas oficinas do Trem Militar, hoje Arsenal de Guerra (Barbosa, 2010).

O impressor Francisco José de Salles seguiu para o Ceará a fim de manter e dirigir os trabalhos da tipografia, a primeira que ali houve e onde se imprimiu o primeiro jornal, *O Diário do Governo do Ceará*, que começou a circular em 1º de abril de 1821, sob a redação do Padre Ignácio Loyola de Albuquerque Mello (Barbosa, 2010).

O Ceará recebeu a sua tipografia, e na província do Rio Grande do Norte não há notícias do que aconteceu. É certo que no estado potiguar não chegou, e jornal só foi mesmo aparecer, o primeiro, em 1832, e seria *O Natalense*.

Naquele tempo, segundo Melquíades (1987), a imprensa no Brasil eram 20 jornais em circulação no Rio de Janeiro e 60 pelas províncias. Houve, conforme Morel e Barros (2003), um aumento considerável nos anos 1831, 1832 e 1833 das turbulências políticas em meio a abdicação de Dom Pedro I e a instauração da regência, que exigiam reclames, opiniões, comentários, e os jornais serviram a isso.

Da mesma forma que o número de jornais em circulação subiu, a liberdade de imprensa (que havia sido garantida pela Constituição de 1824) caiu em razão da repressão de Dom Pedro I, insatisfeito com as críticas e ameaçando os gazeteiros. Respeitando a verdade e o limite da ofensa, a liberdade de imprensa no Brasil já nasceu sujeita, como sempre será, aos arroubos da figura no poder.

Se o primeiro jornal em Natal foi lançado em 1832, não se quer dizer que, na província e na cidade, não se lessem os jornais. Houve sempre a presença de jornais vindos de outras províncias e da corte. É certo que sempre chegaram com atraso, minimizado com o avanço no sistema de transportes, mas era possível se ler os jornais da corte no estado de 30 em 30 dias (Melquíades, 1987).

A província alcançava, anota Lyra (2008), mais de 100.000 almas entre livres e escravizados, municípios haviam sido criados, escolas e juizados instalados, edifícios públicos erguidos e reformados. Embora os números revelem aumento na produção e na arrecadação de impostos, era ainda pouco para se investir no necessário. A província andava por estradas precárias e carroçáveis que dificultavam o esperado desenvolvimento.

Era difícil e provavelmente até impossível andar pelo Rio Grande do Norte. Não havia estradas, não havia pontes, nem rio navegáveis que facilitassem e promovessem

o trânsito e o transporte de mercadorias. A navegação pela costa fazia os portos de Natal e Macau as paradas e a comunicação de uma ponta com a outra, o mais era a cavalo (Lyra, 2008).

Não obstante, o cenário política se mostrou favorável ao surgimento do primeiro jornal, resultado de uma conjunção de fatores. Padre Francisco de Brito Guerra, o fundador do noticiário, com o falecimento do deputado José Paulino de Almeida Albuquerque, de quem era suplente, tornou-se deputado na Assembleia Geral em 1831 (Melquíades, 1987).

Francisco de Brito Guerra nasceu, em 1777, na Fazenda Jatobá, Campo Grande, hoje Augusto Severo. Começou a instruir-se com o padre Luís Pimenta no Açu e, em seguida, passou a ter lições no sertão de Pernambuco com "doutor" Manoel Antônio (Melquíades, 1987).

Brito Guerra ensinou latim em Baturité, Ceará, até que ingressou no Seminário de Olinda. Ordenado, ficou no Recife como professor de Latim; dali, virou pároco em Caicó e vigário na escola de latim na sede de sua paróquia. Na eleição para deputado geral, foi eleito suplente e, com a morte do titular, assumiu a vaga (Melquíades, 1987).

Tornou-se visitador apostólico de Pernambuco e candidato e eleito para a primeira Assembleia Provincial e o primeiro presidente. Pouco depois, deputado-geral e senador vitalício do Império do Brasil. Faleceu de repente, consta como um ataque fulminante, quando visitava o comendador Joaquim Inácio da Costa Miranda, em 1845 (Melquíades, 1987).

Ligado ao regente Feijó, de quem fora colega no Seminário de Olinda, e a Evaristo da Veiga, e aderindo aos moderados – contra o radicalismo polarizante que havia entre os liberais exaltados e os reacionários absolutistas –, Padre Brito Guerra tinha o cenário político ao seu favor (Melquíades, 1987).

O Brasil dividia-se em províncias que deveriam ser governadas por um presidente de província auxiliado pela Assembleia Provincial, que, por sua vez, reunia os deputados provinciais eleitos a cada biênio (Cascudo, 1972).

A primeira assembleia que se elegeu no Rio Grande do Norte se reuniu em 2 de fevereiro de 1835. A influência do padre Brito Guerra nesse pleito foi decisiva: 585 eleitores norte-rio-grandenses eram os responsáveis pela eleição de um senador vitalício, 2 deputados gerais e 21 deputados provinciais (Cascudo, 1972).

Era preciso uma renda mínima para votar. O voto era obrigatório, e as eleições dividiam-se em dois grupos: os votantes e os eleitores. Podiam ser votantes os homens com idade mínima de 25 anos e que tivessem, pelo menos, 100 mil réis de renda ao ano, o que incluía, entre os votantes, assalariados e pequenos proprietários. Os eleitores, por sua vez, deveriam ter uma renda de, pelo menos, 200 mil réis ao ano. Para ser candidato, também havia uma exigência de renda mínima (Cascudo, 1972).

Os mandatos para a assembleia tinham duração de dois anos e cabia reeleição. Os deputados provinciais eram invioláveis pelas opiniões que emitiam no exercício da função e deveriam receber uma pecúnia e ajuda de custos caso não residissem na cidade (Cascudo, 1972).

No Rio Grande do Norte, a primeira Assembleia Legislativa Provincial foi eleita em 10 de novembro de 1834. Na Igreja Matriz, em Natal, sede da província, os 70 eleitores habilitados votaram em 121 nomes e escolheram os 20 deputados. Dos eleitos, um magistrado, nove padres e o restante proprietários de terras que, em sua maioria, formavam a Guarda Nacional (Cascudo, 1972).

Eram os letrados que possuíam renda suficiente não somente para votar como para serem votados. Além de alfabetizados, sabendo ler e escrever, haviam cursado a Faculdade de Direito em Olinda (transferida para o Recife em 1854) e, quando padres, o Seminário de Olinda (Cascudo, 1972). Os padres, por sua vez, eram funcionários não só da Igreja, como também do Estado, pagos pelo Governo Central. Figura popular, próximo ao povo, era padre, professor, árbitro e, na Assembleia, legislador. Não houve legislatura que não se fizessem presente.

Eleita, a primeira Assembleia Provincial foi instalada em 2 de fevereiro de 1835, em Natal, no edifício da Câmara Municipal, andar superior da Cadeia, localizada na atual praça André de Albuquerque, nº 604, esquina com a rua João da Mata. Aquela primeira legislatura, conforme o Ato Adicional, correria até 1837 e, daí por diante, seria bianual. Padre Francisco de Brito Guerra foi escolhido o primeiro presidente por unanimidade e presidiu de 2 de fevereiro a 20 de março de 1835 (Cascudo, 1972).

Embora uma nova mudança no cenário nacional tenha se operado com a renúncia de Feijó, o padre Brito Guerra, mesmo perdendo a influência política que tivera, elegeu-se senador vitalício pelo Rio Grande do Norte em 1836.

O jornal *O Natalense*

Não se sabe quando saiu o primeiro número de *O Natalense*. Impresso em tipografias de outras províncias – Maranhão, Pernambuco e Ceará –, o jornal chegava atrasado aos leitores e, por isso, padre Brito Guerra uniu-se, para resolver a questão, a outros (Cascudo, 1940). Junto a Basílio Quaresma Torreão, José Fernandes Carrilho e Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, Padre Brito Guerra fundou uma sociedade anônima, a Sociedade Tipográfica, com capital de 2:000$, dividido em 40 ações de 50$, para aquisição de uma tipografia e a contratação de um tipógrafo (Cascudo, 1940).

O Código Criminal de 1830 determinava que as tipografias deveriam ser registradas perante as Câmaras das cidades. Os tipos e os prelos eram importados. Tudo era muito recente. Pensar que a máquina de papel foi criada em 1798 e a prensa mecânica em 1812. E que tal tecnologia logo chegou ao Brasil (Morel; Barros, 2003; Molina, 2015).

A tipografia era a oficina onde se imprimiam jornais e livros, como também o termo denomina o processo para a composição do texto utilizando-se a prensa e os tipos móveis. As páginas para impressão são formadas pela junção dos tipos que, quando ordenados, formam uma chapa sobre a qual se aplica a tinta que, pressionada sobre o papel, forma a impressão. O tipógrafo é responsável por compor os textos; e o impressor, por acionar a prensa para fazer a impressão.

O prelo foi adquirido no Recife ao preço de 1.629$840, com desconto de 39$840, a custo líquido 1.590$, mais despesas de 262$ para transporte e técnico. Provavelmente, um dos dois modelos que circulavam no Brasil: o inglês *Stanphone* ou o norte-americano *Columbian* – bastante difundido nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão (Molina, 2015).

A *Tipografia Natalense* foi oficialmente instalada em 2 de setembro de 1832, na rua do Meio, Cidade Alta e ali permaneceu até 1833, quando se mudou para rua Grande, no mesmo bairro. Em 1835, a oficina estava na rua da Alfandega, bairro da Ribeira, e, após nova mudança, foi para a rua Grande, na Cidade Alta (Cascudo, 1940).

Não era empreendimento simples montar uma tipografia. Uma oficina tipográfica por mais precária que fosse, e eram todas elas precárias, exigia, além do prelo, um diretor, um redator, um tipógrafo e um impressor – profissionais que surgiram junto com a imprensa no Brasil. No entanto, não era prática da época a indicar nas páginas dos jornais nem os responsáveis, nem os profissionais envolvidos. Por isso, nada se sabe sobre os diretores, redatores, impressores de O Natalense, que permanecem anônimos, assim como de outros tantos jornais.

Ao que parece Dantas Pinajé chegou a ser diretor nos últimos anos do jornal. João Valentino Dantas Pinajé nasceu em Acari no ano de 1808. Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda (1835), dirigiu *O Natalense* (1836-1837), *O Brado Natalense* (1849) e O *Clarim Natalense* (1851). Foi deputado provincial por diversas legislaturas e presidiu a província como segundo vice-presidente (1838). Juiz em Natal e instalou a comarca de Maioridade, hoje Martins (1850), e foi chefe de polícia (1852-1853) (Cascudo, 1972).

É certo que a aquisição da tipografia apenas seria prudente se houvesse um tipógrafo capaz de manejar os tipos e orientar a impressão. A história do jornalismo ainda precisa registrar a importância e o mérito dos tipógrafos, pois, sem eles, de nada valia ter um prelo. Quanto ao *Natalense*, restou apenas a informação que o seu primeiro tipógrafo foi o alemão Carlos Eduardo Muller.

Acredita-se que provavelmente o tipógrafo contratado para *O Natalense*, o alemão Carlos Eduardo Muller, tenha vindo do Recife, tendo ele mesmo vendido a tipografia em que trabalhava ou que tenha sido contratado no Rio de Janeiro. No entanto, não foi localizada, no período anterior a 1833, nenhuma menção ao tipógrafo ou à tipografia pertencente a Carlos Eduardo Muller no Recife, muito menos de sua atuação no Rio Janeiro.

Carl Eduard Muhlert, Muller, Müller, Muhlert, Mulhert, seu nome aparece grafado em documentos e jornais de diversas formas. A tradução dos nomes dos estrangeiros que chegavam ao Brasil no começo do século XIX ainda é uma incógnita. Não se sabe se era uma providência adotada pelo próprio escrivão ou uma deliberação do próprio estrangeiro.

Natural de Brunswick, Alemanha, ele virou Carlos Eduardo Muller quando chegou ao Brasil, provavelmente ainda uma criança, e, posteriormente, tornou-se brasileiro naturalizado, pois solicitou a naturalização em 1857, quando residia em Pernambuco, e foi atendido[4] .

4 Informação consultada na Hemeroteca Digital, quando digitado o nome do tipógrafo, em jornais do ano de 1857.

Presume-se que tenha entrado no Brasil pelo Rio de Janeiro – conforme o volume 46 das publicações históricas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1822, aproximadamente 237 germânicos aportaram no Porto do Rio – não apenas por haver um registro significativo da entrada de germânicos pelo Porto do Rio de Janeiro, mas também por não constar seu nome nos registros de entrada de outros portos brasileiros.

Tal presunção se baseia, ainda, por não haver seu nome no Registro de Estrangeiros nas Capitanias (1777-1819), publicado em 1963 pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, com base na coleção 371 de seu acervo que reúne em uma lista alfabética, os estrangeiros registrados que chegaram nas capitanias do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e São Pedro do Rio Grande do Sul, um total de 601 nomes.

Carlos Eduardo Muller, ao que parece, aprendeu o ofício da tipografia no Brasil e passou a exercer a atividade por toda vida, com passagens por Natal, Fortaleza, Recife, Aracaju entre outras localidades. Ele seria o primeiro tipógrafo a atuar na província do Rio Grande do Norte. Em 1832, estava em Natal assumindo a função de tipógrafo na Tipografia de O Natalense. Ficou um ano (Cascudo, 1940).

Cabia ao tipógrafo montar o texto que seria impresso. Com uma das mãos, o tipógrafo selecionava nas caixas os tipos que colocava no "componedor", espécie de régua metálica, que segurava com a outra mão, montando o texto. Um tipógrafo no Recife recebia em média 100 réis para compor mil letras. Um jornal de quatro páginas como *O Natalense* poderia demorar 16 horas para ser preparado (Molina, 2015).

O trabalho do tipógrafo era, portanto, um ofício intelectual, pois exigia que se soubesse ler e escrever para lidar com a composição dos tipos; enquanto o exercício de impressor era braçal, manuseando a alavanca mecânica que figurava quase como uma extensão do seu braço.

Barbosa (2010) aponta que os jornais saíam, em média, com quatro páginas, em duas colunas, e publicavam artigos de fundo, relatos de atas, leis e discursos e apresentavam no cabeçalho, primeira página, uma epígrafe ou citação, extraídas, em sua maioria, de pensadores estrangeiros e serviam de indicativo da linha editorial.

O Natalense que se autodenominava político, moral, literário e comercial trazia como epígrafe a seguinte citação em latim, atribuída a Erasmo: "*Admonere voluimus, non mordere; prodesse, non lœdere; consulerc moribus homimun, non ofliicere",* que se pode traduzir por "quisemos admoestar, não afligir; aproveitar, não ofender; vigiar os costumes dos homens, não os prejudicar".

Os jornais geralmente eram semanais. *O Natalense* circulava aos sábados e assim parece que foi até o último número. A tiragem dos jornais era variável e, em sua maioria, não ultrapassava 100 cópias. *O Jornal do Comércio*, de maior edição impressa em 1832, tirava 3.200 exemplares. Não se sabe qual a tiragem de *O Natalense*.

O preço do exemplar de *O Natalense* era 80 réis; a assinatura quadrimestral saía por 2$000; a semestral, 3$200; e a anual, 6$000. Nem mais caro, nem mais barato que os outros. Era o preço. Molina (2015) escreve que a Gazeta do Rio de Janeiro custava

o exemplar 80 réis e a assinatura semestral 1$800; e o Aurora Fluminense era 80 réis o exemplar e a assinatura trimestral, 2$000.

O próprio jornal informava aos leitores os locais da província onde poderia ser adquirido. No primeiro ano, 1832, *O Natalense* era também vendido em Açu, na casa de José Varela Barroca; e em Goianinha, na casa de Ignácio Joaquim Dias. Em 1833, em Goianinha passou a ser vendido na residência de Luiz Gomes Marinho; e, em Açu, na casa do sócio acionista Luiz Fonseca da Silva. Em 1834, em Natal, na Cidade Alta, na rua da Conceição.

O fato de estar à venda em outros municípios pode ser resultado não só das relações políticas do padre Brito Guerra e dos sócios da *Sociedade Tipográfica*. Deve-se levar em consideração que o município de Goianinha acabara de ser criado em 7 de agosto de 1832 e que o presidente da província era casado com uma norte-rio-grandense de Goianinha. Outro polo político importante era Açu, na região Oeste (Cascudo, 1872).

Também é preciso atentar que havia muitas barreiras à circulação dos jornais. É sabido, pelas falas anuais dos presidentes de província à assembleia, a necessidade não só de manutenção e melhoria das precárias estradas existentes, como também da demanda de ampliação da malha viária. Não bastava o serviço regular da navegação entre os portos, a comunicação com interior estava prejudicava pela não possibilidade da navegação fluvial perene (Lyra, 2008).

Tudo teria que ser percorrido a cavalo, como bem é a prova da viagem em 1861 da comitiva do presidente da província que mesmo tomando o navio de Natal até Areia Branca, toda a viagem teve que ser feita a cavalo pelo sertão do Rio Grande do Norte (*Jornal O Recreio*, 1961).

É certo que havia o serviço oficial de mala postal, no entanto, não supria a necessidade e eficiência de um sistema mais dinâmico e veloz se estradas houvessem facilitando a frequência e o acesso. Também não custa lembrar que a estrada de ferro somente chegou ao Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX (Lyra, 2008).

O Natalense deixou de circular em 1837, mas a tipografia continuou a imprimir outros periódicos até ser finalmente fechada em 1842. Era caro imprimir jornais, além do custo inicial para a aquisição do equipamento e manutenção da sede, havia o pagamento dos funcionários e o custo do papel que, além de escasso, era caro e representava 80% das despesas (Cascudo, 1940; Molina, 2015).

As receitas vinham da venda dos exemplares avulsos, assinaturas, anúncios e publicações de atos e comunicados governamentais custeados pela tesouraria da província. As casas tipográficas dependiam da vontade do presidente da província para que procedesse com a publicação dos atos oficiais e, até mesmo, para o pagamento do que houvesse mandado imprimir.

Enquanto o sócio acionista Quaresma Torreão era presidente da província, a tipografia teve receita para imprimir *O Natalense*. No entanto, com o novo presidente de província no posto em 1837, o jornal não conseguiu sobreviver, dada a recusa do suces-

sor em pagar a conta de impressões de leis e projetos contratada em 1836 (Cascudo, 1940; Fernandes, 1908).

Sem recursos, não havia jornal; sem jornal não havia trabalho; sem trabalho, não havia atividade e ganha-pão para o tipógrafo. Além disso, havia uma escassez de tipógrafos no Brasil, sobretudo, nas províncias mais distantes. Todos esses fatores contribuíram para a volatilidade dos jornais e a instabilidade do ofício.

A escassez de mão de obra especializada no Brasil se tornaria uma constante. A Impressa Régia teve que divulgar um aviso informando que havia vaga para compositor, impressor, batedor, etc., e seria a principal fornecedora de mão de obras para as oficinas que surgiram depois (Molina, 2015).

E o que publicou *O Natalense* nessa breve existência? Temos algumas pistas. Restaram apenas 5 exemplares, edições dos anos 1832, 1833, 1834, disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:– nº 22, sábado, 15 de dezembro 1832; nº 42, sábado 10 de novembro de 1832; nº 57, sábado, 28 de setembro de 1833; nº 65, sábado, 9 de novembro de 1833; e nº 20, sábado, 24 de maio de 1834. Possivelmente, há, também, exemplares na coleção de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, infelizmente ainda não catalogados e cujo acervo, desde 2015, encontra-se indisponível para pesquisa.

Pombo (2009), no entanto, tratando de *O Natalense* por "apoucada gazeta", oferece um resumo da publicação ao dizer que entrava nos casos do dia, discutia ideias e princípios e analisava os atos da autoridade. Também é possível ter uma noção pelo que publicavam os jornais naquele período.

Interessante observar que, segundo Barbosa (2010), naquele período era assunto nos jornais "a defesa da Constituição, a abdicação, o governo regencial, a atuação dos ministros, os debates na Câmara dos Deputados, a criação do Código Criminal e da Guarda Nacional" (Barbosa, 2010, p. 59). E, para além desses, o liberalismo. Temas que não encontramos nas edições remanescentes de *O Natalense*.

Observamos que o jornal se dedicava às questões locais. As edições que restaram servem de mostruário. *O Natalense*, pelo que se percebe, não fugiu ao que comumente se publicava nos veículos das províncias. Consultamos as edições da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional[5] e apresentamos os conteúdos, por edição, do que foi publicado. Abaixo reproduzido (QUADRO 1):

5 Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 10 out. 2023.

Quadro 1 – Assuntos encontrados nas edições disponíveis de O Natalense

Ano	Edição	Temáticas
1832	nº 22	Publicação de decreto, correspondências, mandado de captura, fala do comandante do destacamento da artilharia; relação dos cidadãos que obtiveram a maioria de votos para a Câmara; recompilador.
1832	nº 42	Editais; publicação do Diário do Governo; mapa dos presos remetidos pelo governo da Província ao ouvidor da comarca; eleição dos vereadores da Vila de Princesa; correspondência.
1833	nº 57	Continuação do resumo do expediente do Governo e correspondência do interior; edital; documentos da Sociedade Tipográfica; avisos; notícias marítimas.
1833	nº 65	Ofícios e documentos do governo provincial; lista dos jurados do município de Natal e da vila de São Gonçalo; Pensamento do Abade de Saint Pierre; anedotas; anúncio; errata
1834	nº 20	Memória; Sessão do Conselho da Província 19 de maio de 1834; expediente da secretaria do presidente da Província; erratas.

Fonte: os autores

Encontramos, portanto, decretos, editais, ofícios, correspondências, os expedientes do governo provincial, avisos, notícias marítimas, anedotas, pensamentos, anúncios, erratas e o recompilador (republicação de notas e notícias de outros jornais brasileiros e estrangeiros).

Afastados da corte e das discussões acaloradas que permeavam o período, observamos que os jornais provinciais se voltavam para as questões mais práticas que envolviam o expediente e as publicações oficiais dos governos provinciais, alguns avisos, anúncios, resumo de notícias e fatos acontecidos no estrangeiro e um pouco de entretimento, fazendo publicar anedotas e pensamentos. É esta, portanto, a matéria dos jornais e do que era o jornalismo no Brasil no começo do século XIX.

Considerações finais

O jornalismo nasceu nas províncias voltado para as temáticas locais, publicado semanalmente, em tiragem reduzida, tentando chegar aos leitores ao ampliar seus pontos de venda e sujeito ao subsídio governamental ao publicar nas suas páginas os atos do governo, pois não era barato produzir jornais e o custo das vendas avulsas e assinaturas costumavam não ser suficientes.

O Natalense, como tantas outras gazetas, foi uma das tantas curtas iniciativas de tantos jornais que surgiram na corte e nas províncias sempre continuados pelos profissionais envolvidos, redatores, tipógrafos e impressores, em outras gazetas que nasceram; era difícil as tipografias deixarem de funcionar.

É importante destacar que ele se dedicava a temas locais – pelo que observamos no recorte das edições localizadas –, e não a assuntos mais nacionais como apontados por autores como Barbosa (2010), pautas como liberalismo, defesa da Constituição, entre outras.

O Natalense é, portanto, o primeiro jornal publicado no Rio Grande do Norte e um exemplo do que era fazer jornalismo no século XIX, da tipografia ao conteúdo, das casas tipográficas às questões políticas, sociais e econômicas que marcaram o período, afinal, não existe jornalismo desassociado da vida e do tempo presente da publicação. A temática não se esgota por aqui, mas aponta uma necessidade latente de se pesquisar sobre a história do nosso jornalismo, como forma até de entender as práticas atuais.

Referências

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica:** história da imprensa brasileira. Vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O primeiro jornal e o primeiro tipógrafo.** Acta Diurna, A República, 30 de maio de 1940.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte:** conclusões, pesquisas e documentos. Natal (RN): Fundação José Augusto, 1972.

FERNANDES, Luiz. A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908, Parte I – Notícia histórica. **Revista IHGRN**, v. VI, n. 1-2, p. 3-136, jan. 1908.

LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte.** 3. ed. Natal: Edufrn, 2008.

MELO, Manoel Rodrigues de. Grupos literários da Província – Natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** Rio de Janeiro, Editora Pongetti, v. LVI, LVII e LVIII, 1971.

MELQUÍADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império.** Natal (RN): Fundação José Augusto, 1987.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil.** Da era colonial à regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

POMBO, Rocha. A imprensa até 1900. In: POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal (RN): Edufrn, 2019, pp. 383 – 406.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, Cláudia; BENETTI; Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 32 - 49.

WAINBERG, Jacques A.; PEREIRA, Manuel Luís Petrik. Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos**, Porto Alegre, PUCRS, v. 6, n. 11, p. 27-37, 1999.

Recebido em: 28 ago. 2023
Aprovado em: 01 nov. 2023